

PODER

Reforma ministerial pode sair neste mês

Rui Costa diz que presidente tende a fazer troca de cadeiras até o próximo dia 21

» RAFAELA GONÇALVES
» MAYARA SOUTO

Após a demissão de Paulo Pimenta da Secretaria de Comunicação Social (Secom), o chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode fazer a reforma ministerial neste mês. A troca de cadeiras ainda não está certa, no entanto, segundo ele, o petista está focando em “aperfeiçoar a gestão”.

O ministro sinalizou que a mudança no comando das pastas pode ocorrer até o dia 21, data da próxima reunião com ministros do governo. “Há indicativo do presidente de que quer fazer eventuais mudanças ainda neste mês, até para que quem entrar possa ter mais tempo de fazer alterações que o presidente espera”, disse em entrevista à Globo News.

“Teremos reunião de ministério dia 21 e eventualmente alterações, se o presidente assim decidir, podem ser feitas antes dessa reunião”, acrescentou o ministro. Ele ponderou que Lula ainda não bateu o martelo. “O presidente está avaliando, não decidiu sobre mudanças no governo, está numa fase de reflexão”.

A possível troca ocorrerá na esteira das mudanças na pasta da comunicação da Presidência. No início da semana, Lula anunciou a substituição de Paulo Pimenta por Sidônio Palmeira, que foi marqueteiro da campanha eleitoral do petista em 2022. O chefe do Executivo optou por mudanças na Secom, em busca de melhorar a comunicação do governo. Ele entende que as conquistas de seu mandato não estão chegando para a população.

De acordo com Rui Costa, a saída de Pimenta, nesta semana, se deu pelo fato de que o governo está entrando em um “novo momento”. “É como se tivesse terminado o primeiro tempo, estamos entrando no segundo tempo, dado, inclusive, as mudanças rápidas na forma de acessar comunicação pela população”, afirmou.

Sidônio, que recebeu carta branca do chefe, já fez sua

Ed Alves/CB/DA.Press



Teremos reunião de ministério dia 21 e eventualmente alterações, se o presidente assim decidir, podem ser feitas antes dessa reunião

Rui Costa, ministro da Casa Civil

primeira alteração na pasta. Foi anunciada, ontem, a demissão do secretário de Imprensa José Chrispiniano. Homem de confiança de Lula, Chrispiniano o assessorava desde 2011, ao final de seu segundo mandato.

Ele acompanhou o petista durante toda a Operação Lava-Jato, sua prisão em Curitiba e também durante a campanha de 2022. Laércio Portela, então secretário de Comunicação Institucional, é

quem deve assumir o cargo.

Antes das declarações de Rui Costa, a expectativa era de que as mudanças fossem para depois das eleições às presidências da Câmara e do Senado, marcadas para o começo de fevereiro. O titular da Casa Civil afirmou ainda que Lula orientou os ministros a não interferirem no pleito.

Defesa na mira

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, foi menos direto e procurou não se comprometer com declarações sobre uma eventual troca de cadeiras. Ele negou que o governo fará uma reforma, mas, sim, “mudanças pontuais”. “Não acredito que o presidente Lula vá fazer uma reforma ministerial. Ele fará mudanças pontuais, como fez na área da comunicação do governo”, disse, durante entrevista à Rádio Eldorado.

Outro nome cotado para deixar a equipe ministerial, por vontade própria, é de José

Múcio, ministro da Defesa. Desde o fim do ano passado, ele já dizia que acreditava ter cumprido a missão de apaziguar as Forças Armadas e estabelecer relação mais amena com o governo federal. No início do governo, Múcio até avisou ao presidente que não pretendia ficar toda a gestão no comando da pasta.

O ministro compareceu ao ato para lembrar os dois anos do 8 de Janeiro, com os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Não se sabe, porém, até quando ele continuará ocupando o posto, apesar de ser amplamente elogiado pelo governo. “Quero destacar o bom trabalho do ministro da Defesa. É um trabalho importante, que deveria continuar. Vamos aguardar. Acho que José Múcio faz um bom trabalho e deve continuar”, defendeu Alckmin.

O vice-presidente está cotado para assumir a pasta, caso se confirme a saída de Múcio. “Missão é missão. Mas o meu candidato a ministro (da Defesa) chama-se José Múcio”, declarou Alckmin.

Em defesa de limitação às emendas

» ISRAEL MEDEIROS

Diante da incerteza jurídica e política sobre o pagamento de emendas parlamentares, o vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu que esse dinheiro tenha maiores limitações e mais mecanismos de transparência.

“Há duas questões relevantes: primeiro, o valor das emendas. Valores muito altos acabam criando uma distorção. E a segunda é que emenda você precisa saber quem é o autor, qual é o destino dela, e ela ser acompanhada, precisa ter prestação de contas. Precisa ter transparência absoluta”, enfatizou em entrevista à Rádio Eldorado.

O vice-presidente disse entender, no entanto, que as emendas são legítimas e devem estar presentes no Brasil assim como em outras democracias pelo mundo. Também rebateu as falas de congressistas que alegaram, desde o ano passado, que as exigências do Supremo Tribunal Federal (STF) para mais transparência eram uma “intromissão” do Judiciário e do Executivo no Legislativo.

Ao comentar a queda de braço entre Executivo, Congresso e Judiciário sobre o assunto, Alckmin elogiou a atuação do ministro Flávio Dino, do STF, ao exigir mais transparência nos recursos.

“O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, está absolutamente correto quando ele diz: ‘Olha, é preciso ter transparência e acompanhamento dessas emendas. (É uma medida

de) segurança do próprio parlamentar’. Emenda precisa ter autoria, acompanhamento e transparência. Ela é normal no regime democrático e deve ser impositiva, mas com valores mais limitados”, pontuou.

Alckmin disse, ainda, que o grande número de partidos no Congresso dificulta a governabilidade. Ele avaliou, no entanto, que isso não tem impedido o governo de aprovar matérias importantes.

Repasses

As falas do vice-presidente ocorrem um dia depois de o governo abrir os cofres para começar a pagar emendas em 2025. Desde 1º de janeiro, nenhum valor havia sido repassado. O Executivo pagou, de terça para quarta-feira, R\$ 205,8 milhões em emendas apresentadas de 2016 a 2024. Os valores foram atualizados ontem na plataforma Siga Brasil, do Senado Federal.

Do total, foram R\$ 142,19 milhões em emendas de comissão (RP8); R\$ 29,4 milhões de bancadas estaduais; R\$ 24,78 milhões em emendas individuais e R\$ 9,44 milhões remanescentes das emendas de relator (RP9), declaradas inconstitucionais pelo STF em 2022. Sem o Orçamento de 2025, ainda não há nenhum valor autorizado ou empenhado (reservado) este ano.

Ao todo, o governo federal pagou R\$ 40,23 bilhões em emendas parlamentares em

Cadu Gomes/UPR



Alckmin: emendas precisam “ter transparência absoluta”

2024. Mesmo com o bloqueio dos pagamentos ordenado pelo STF, em agosto do ano passado e que vigorou até dezembro, o valor é 16,2% superior ao total pago em 2023, que foi de R\$ 34,62 bilhões; e 42,4% maior que o montante repassado em 2022 (R\$ 28,25 bilhões).

A tendência é de que os pagamentos sigam um ritmo lento ao longo deste mês, já que o Congresso está em recesso. Em fevereiro, a exemplo de anos anteriores, os repasses bilionários devem ser retomados. Há, ainda, a expectativa para a liberação de emendas de comissão indicadas pelo Senado e pela Câmara no

fim de 2024 e que foram parcialmente bloqueadas por Dino por falta de transparência.

As emendas serão essenciais para o Executivo conseguir aprovar matérias relevantes para o governo Lula, como a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil e as mudanças nas regras da aposentadoria de militares, parte do pacote de corte de gastos apresentado no ano passado. Com novos presidentes na Câmara e no Senado a partir de fevereiro, o governo terá de abrir os cofres para “azeitar” as relações e distribuir cargos na Esplanada na aguardada reforma ministerial.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br



O ano começa veloz com a posse de Trump

É prudente analisar a gravidade do novo contexto histórico mundial, não apenas a partir a Europa Oriental e do Oriente Médio, respectivamente, onde as guerras na Ucrânia, invadida pela Rússia, e em Gaza, onde Israel mantém os bombardeios indiscriminados, ou do avanço da extrema direita nas potências europeias. A situação se complicou ainda mais com a eleição de Donald Trump, que tomará posse no próximo dia 20 de janeiro e deve acelerar as mudanças políticas em curso no mundo. Nada será como antes.

As declarações do novo presidente norte-americano, antes mesmo de tomar posse, anunciam uma grande distopia: tomar de volta o Canal do Panamá, anexar o Canadá, comprar a Groenlândia, sobretaxar os produtos mexicanos, mudar o nome do Golfo do México para Golfo da América, expulsar os imigrantes latinos, anistiar os invasores do Capitólio que, sob sua liderança, tentaram impedir a diplomacia de Joe Biden...

Até que ponto são declarações para “causar” nas redes sociais e não objetivos políticos reais? As ambições territoriais de Vladimir Putin e Benjamin Netanyahu são fchinha perto das de Donald Trump. Chega a ser assustador. Lembro-me do curta-metragem *Uma Noite no Madison Square Garden*, de 2019, documentário de sete minutos composto unicamente de imagens históricas de um comício nazista em 20 de fevereiro de 1939, menos de sete meses antes da eclosão da 2ª Guerra Mundial.

O filme mostra que o nazismo não existiu só na Alemanha nos anos 30 e 40. Seduziu e ainda dá sinais frequentes de capacidade de sedução de indivíduos perigosos, reacionários e violentos. Organizado por Fritz Julius Kuhn, líder do German American Bund, o Partido Nazista Americano, o ato reuniu 20 mil supremacistas na famosa arena de Nova York.

Kuhn destilava ódio contra judeus. Todos os liberais eram comunistas. O filme, no atual contexto mundial, deixa a impressão de que os norte-americanos eram muito suscetíveis ao nazismo. Na verdade, houve muitos protestos contra o comício, antes e depois de sua realização, com várias tentativas de evitar que ocorresse. Mas as liberdades de expressão e de reunião estavam acima de tudo.

Uma Noite no Madison Square Garden mostra a reverberação de ideais segregacionistas e desumanos que levaram, entre outras coisas, ao Holocausto. O Bund (federação) Germano-Americano nunca passou de 25 mil filiados, mas a adesão da Frente Cristã, liderada pelo padre antisemita Charles Coughlin, deu escala ao evento.

Dezenas de pessoas portando bandeiras dos Estados Unidos marcharam solenemente até o fundo da sala, com uniformes parecidos com os do Exército norte-americano, diante de uma gigantesca imagem de George Washington. O orador principal, Fritz Kuhn, era um alemão naturalizado americano, mas disse que estava ali para exigir que o governo voltasse para as mãos dos americanos, seus fundadores. Falava com forte sotaque alemão e gestual inspirado em Adolf Hitler. Kuhn criticava a “imprensa controlada pelos judeus”.

Cadela no cio

O filme termina com uma soprano entoando *Star-Spangled Banner*, o hino americano. No dia seguinte ao ato, o *New York Times* noticiou que o Bund havia coletado quase US\$ 8,5 mil em doações, o equivalente a US\$ 150 mil nos dias de hoje. Naquele mesmo ano, Kuhn seria preso por se apropriar de US\$ 250 mil de seus seguidores. A repórter Dorothy Thompson, que fora correspondente do *New York Post* em Berlim e cobriu a ascensão do fascismo antes de ser expulsa da Alemanha, em 1934, testemunhou o evento e escreveu um artigo para a *Harper's Magazine* intitulado *Who goes nazi?* (Quem vai virar nazista?).

Especulava sobre pessoas comuns que poderiam aderir ao nazismo: “O nazismo não tem nada a ver com raça ou nacionalidade. Ele atrai um determinado tipo de mentalidade. (...) O intelectual frustrado e humilhado; o especulador rico e astuto; o filho mimado; o tirano dos empregados; o homem que alcançou o sucesso com oportunismo — todos eles abraçariam o nazismo”, escreveu. Felizmente, a derrota de Hitler na 2ª Guerra Mundial liquidou o nazismo como alternativa de poder, mas não o pensamento reacionário que levou ao poder.

Hoje, a democracia representativa está vulnerável no mundo. Vivemos uma onda autocrática e iliberal. Na Presidência dos EUA, Trump potencializa essa vulnerabilidade. Aliado aos megaempresários da tecnologia Elon Musk (Tesla/X) e Mark Zuckerberg (Facebook/Instagram), seu novo mandato ganha uma projeção de poder na política mundial que ultrapassa a influência americanista de Hollywood e o peso estratégico das Forças Armadas norte-americanas, porque alcança corações e mentes dos usuários dessas redes sociais de forma instantânea e manipulada em todo lugar onde atuam.

O afrouxamento do controle sobre difusão do discurso do ódio e de fake news pelas redes sociais por parte do governo norte-americano, a pretexto de defender a liberdade de expressão, terá consequências graves. As democracias não conseguem acompanhar a velocidade das mudanças tecnológicas e seu impacto na vida e na mentalidade das pessoas. Além disso, “o fascismo é uma cadela que está sempre no cio”, como disse o poeta alemão Bertold Brecht.

A DEMOCRACIA ESTÁ VULNERÁVEL NO MUNDO. VIVEMOS UMA ONDA AUTOCRÁTICA E ILIBERAL. TRUMP POTENCIALIZA ESSA VULNERABILIDADE AO ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DOS EUA